



## CLASSES TRABALHADORAS LATINO-AMERICANAS: UM DEBATE SOBRE SEUS FUNDAMENTOS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Latin American working classes: a debate about their fundamentals in the dependent capitalismo

**Beatriz Augusto de Paiva\***

 <https://orcid.org/0000-0002-1325-8276>

**Dilceane Carraro\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-7469-6560>

**Davi Antunes da Luz \*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-6565-4257>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo problematizar as classes sociais desde o seu compósito histórico-estrutural, atentando para sua conformação como constructo humano, proveniente do metabolismo entre natureza, produção social e satisfação das necessidades, pela análise das classes trabalhadoras latino-americanas desde os traços históricos que determinam a realização do valor na América Latina: o racismo, a superexploração e a vigência deste debate na práxis política emancipadora dos trabalhadores no terreno das lutas sociais. Consideramos o método crítico dialético, elegendo a centralidade da dinâmica de acumulação do capital na região. Para tanto, propomos o debate sobre a perspectiva da historicidade e particularidades das classes sociais no capitalismo dependente.

### PALAVRAS-CHAVE

Classes trabalhadoras latino-americanas. Superexploração da força de trabalho. Dependência. Luta de classes.

---

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, São Paulo, Brasil). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: [beapaiva@gmail.com](mailto:beapaiva@gmail.com)

\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: [dilceanec@gmail.com](mailto:dilceanec@gmail.com)

\*\*\* Bacharel em relações internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC, Florianópolis, Brasil) e bolsista da CAPES. E-mail: [antunnesdavi@gmail.com](mailto:antunnesdavi@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p123-140



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**ABSTRACT**

This article aims to problematize social classes from their historical-structural composite, paying attention to their conformation as a human construct, arising from the metabolism between nature, social production and satisfaction of needs, by analyzing the Latin American working classes from the historical factors that determine the realization of value in Latin America: racism, overexploitation and the validity of this debate in the emancipatory political praxis of workers in the field of social struggles. We consider the critical dialectical method, choosing the centrality of the dynamics of capital accumulation in the region. To this end, we propose a debate on the perspective of historicity and particularities of social classes in dependent capitalism.

**KEYWORDS**

Latin American working classes. Workforce overexploitation. Dependency. Class struggle.

**Introdução**

**N**este artigo sistematizamos — em breves sínteses explicativas — uma estrutura categorial da maior importância no desvelamento dos determinantes econômico-políticos dos processos históricos já havidos e que estejam no fluxo do tempo presente. Como componente histórico-estrutural que se movimenta decisivamente nas conjunturas, buscamos problematizar as classes sociais desde o seu compósito histórico-estrutural.

Em sua forma universal, atentamos para sua conformação como constructo humano proveniente do metabolismo entre natureza, produção social e satisfação das necessidades, orientadas fundamentalmente pela forma-mercadoria, forma-trabalho e forma-capital. Tais metabolismos respondem aos acessos e vínculos de cada um desses complexos categoriais frente aos poderes materiais e simbólicos aglutinados pelos sistemas de privilégios do capitalismo e pelas expropriações, destituições e opressões que contraditoriamente os sustentam.

Em suas configurações histórico-concretas, buscamos analisar processualmente *as classes trabalhadoras latino-americanas* desde os traços históricos que nos determinam: racismo e superexploração, atentando para a vigência —atualidade e a pertinência — deste debate na práxis política emancipadora dos trabalhadores no terreno das lutas que se impõe.

Nesse sentido, cabe insistir que a dinâmica da luta de classes constitui como o terreno mais decisivo para o desenrolar da práxis política dos trabalhadores nos mais diversos âmbitos da disputa, seja no nível imediato das reivindicações econômicas submetidas ao antagonismo da exploração da mais-valia pelo capital, seja no território mediado pelos direitos sociais e Estado, na conformação de políticas sociais. Por essa razão, entendemos ser válido problematizar, por fim, a título de conclusão, em que medida a luta por políticas sociais que materializa a disputa do excedente econômico<sup>1</sup> é um pujante observatório dos processos de extração de valor.

O método materialista-histórico ancora as análises aqui desenvolvidas. Apresentamos, assim, sumariamente, o instrumental teórico-metodológico e categorial que vem

---

<sup>1</sup> Cf. Paiva (2017).

conduzindo os estudos de nosso grupo de pesquisa<sup>2</sup>. Nosso ponto de partida pressupõe situar e analisar a realidade social em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução, frente às múltiplas causas que os determinam em uma perspectiva estrutural tendo como fio condutor a totalidade concreta. É nesse sentido que buscamos contribuir para o importante desafio metodológico de *latinoamericanizar* a análise, o que pressupõe a apreensão da realidade histórica e estrutural latino-americana necessária para compreensão das múltiplas determinações que compõem a totalidade (PAIVA; CARRARO; ROCHA, 2010). O avanço do capital, ou seja, a formação e evolução socio-histórica deste modelo de produção, realiza-se necessariamente com a particularização das lutas de classes em cada região na qual o valor alcança. Assim, retomar historicamente o processo formativo e o desenvolvimento no modo de produção capitalista nos ajudam a determinar as condições de realidade da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que nos permite demonstrar o próprio fazer da realidade — e da história — pela própria classe.

Empregando o método crítico dialético, deve-se atentar para a dinâmica da acumulação do capital dentro do espaço concreto da América Latina. Para tanto, impõe-se a perspectiva da historicidade de maneira crítica e atenta à dinâmica de produção de valor, ressaltando que “o problema das classes sociais não pode ser estudado corretamente se não a partir de uma teoria geral da sociedade e da história” (CUEVA, 2021, p. 62). Nada mais estranho à noção de classes sociais — e seus projetos antagônicos — do que a tentativa de explicar os eventos da humanidade na rota de uma progressão linear e causalista ditada pelo pensamento eurocêntrico, que se advoga como centro da história ocidental e do progresso, frente a todos os povos e civilizações.

Nessa perspectiva, é premissa de nossas investigações considerar a categoria de classes sociais como recurso heurístico imprescindível para desvendar os processos históricos em torno dos modos de produção de cada sociedade. A concepção de classes sociais ultrapassa, assim, o significado de “agregação de indivíduos” sem unidade e características específicas e, sim, compreende “uma rede densa de relações em que o destino social de alguns tem direta relação com destino social de outros, não em questões tangenciais [...], mas sim na definição dos assuntos fundamentais dos sujeitos sociais” (OSORIO, 2014, p. 111).

Sancionar a superexploração do trabalho — que produz dinâmicas sociopolíticas profundamente desafiadoras — integra a condição histórica da particular unidade entre classe, raça e patriarcado, que ao longo do tempo vem demonstrando a potência da dominação ideológica capitalista/imperialista. A debilidade democrática e o caráter antipopular do Estado brasileiro amplificam e tornam contemporâneos os traços autoritários e violentos que se valeram por tantos séculos do trabalho escravizado de indígenas e africanos, do roubo da terra e das riquezas naturais e do fundo do trabalhador, exposto no orçamento estatal. Com tais referências preliminares, desenvolvemos neste

---

<sup>2</sup> O Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos – IELA/UFSC se constitui como um espaço político-acadêmico que reúne estudos nas áreas de Trabalho, Questão Social, Estado e Política Social tendo como horizonte de análise a realidade latino-americana. Cf. <https://iela.ufsc.br/veias-abertas>.

ensaio, dividido em três partes, uma síntese ainda esquemática das categorias e processualidades que dão contorno aos fenômenos histórico-estruturais da luta das classes trabalhadoras latino-americanas, com ênfase na realidade brasileira.

### **Para colocar a classe social na história**

Terra e trabalho estão no centro do processo evolutivo da humanidade, e não seria diferente no desenvolvimento do capitalismo. A terra é laboratório original, objeto de trabalho, meio de produção e a origem da ontologia humana (MARX, 2011). Se a terra é propriedade, se ela é metamorfoseada em mercadoria e propriedade privada ela deixa de ser do todo, portanto, a terra é capturada e anulada como organismo criativo, como fonte de satisfação de necessidades humanas. Todavia, no longo trânsito do processo de acumulação primitiva, acompanhado de formas permanentes de expropriação, o capital instaura novos componentes econômicos desta vez com a expansão da produção industrial e da generalização do trabalho assalariado, encarnados nos sujeitos históricos — as classes sociais.

Nas dinâmicas que envolvem a própria luta de classes nas economias dependentes, cabe registrar um elemento que parece simples, mas que apresenta grandes ramificações para o entendimento desta questão: de que as “classes são efeitos específicos de determinados modos de produção” (CUEVA, 2021, p. 68). O éter sobre o que determina ou comporta uma classe social depende essencialmente do próprio movimento do modo de produção no qual esta classe está inserida, assim como do próprio movimento da classe na produção. Do ponto de vista da práxis política revolucionária, este dado histórico produz desdobramentos fundamentais, objeto de debate político desde as primeiras organizações revolucionárias na América Latina.

Portanto, nunca é demais insistir na necessidade de superar análises eivadas de viés ingênuo<sup>3</sup>, que se atém a expressões imutáveis das categorias como pretensão de universalidade, num percurso que interdita a busca das particularidades dos processos históricos sempre que esta apresenta complexidades contraditórias aos consagrados cânones acadêmicos.

Conforme os estudos sobre as transformações do capitalismo dependente latino-americano com centralidade na formação socioeconômica dos países da região que alavancam nossas pesquisas, encontram esteio nas observações da obra *Grundrisse* de Karl Marx, a respeito das notas preliminares sobre “o método da economia política”. Ali Marx nos revela que o real e o concreto não são componentes histórico-categoriais idênticos. Portanto, precisamos buscar na experiência histórica real dos povos latino-americanos os fundamentos que permitem fazer a distinção recomendada, ou seja, que numa perspectiva da totalidade, a análise eleja as determinações concretas.

---

<sup>3</sup> Nos apoiamos aqui na uma “consciência ingênua” descrita por Álvaro Vieira Pinto (2020), ou seja, uma consciência cuja existência está alheia, alienada ou subjugada ao ocultamento histórico das condições de realidade.

A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. (MARX, 2011, p. 54).

Estudar as classes sociais como experiência histórico-concreta dos trabalhadores latino-americanos ditada pela dinâmica da dependência é um caminho que buscamos para não incorrerem naquilo que Marx critica sobre os economistas do século XVII, numa “representação caótica do todo”, na recuperação do que chama “concreto representado”, passando por “conceitos abstratos cada vez mais finos até que tivesse chegado às determinações mais simples” (MARX, 2011, p. 54).

Nessa medida, mais uma vez, relembremos a clássica passagem de Marx acerca do método, reafirmando que pensar a realidade latino-americana, refutando os esquemas eurocêntricos, não nos afasta de nenhuma forma desta perspectiva, ao contrário.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 2011, p. 54).

O rigor do método de “ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de alguma forma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 54). Neste sentido, buscamos a gênese dos processos históricos atentos aos esquemas mistificadores da historiografia burguesa-colonial, entendendo que a realidade da exploração do trabalho e sua conformação heterogênea como classe social respondem muito fortemente aos processos e fenômenos econômicos e socioculturais que possuem origem também nos modos de produção da vida e da resistência política dos povos originários e no conhecimento ancestral dos que foram seiva do trabalho ao longo de cinco séculos de escravidão.

As cosmovisões e a relação com a terra, e, talvez principalmente, as subalternidades induzidas pela violência militar e a descrença nas promessas democrático-liberais, alcançam formatos, valores e contravalores essenciais na tessitura da práxis política genuinamente revolucionária das classes trabalhadoras latino-americanas. Tal estudo constitui um programa de pesquisa de longa duração, muito para além dos limites deste ensaio, todavia, aqui elegemos um *mapa de navegação*. Cristiane Luiza Sabino de Souza (2020) demarca as categorias essenciais, nesta perspectiva, a partir da conjugação entre Terra, trabalho e racismo, como categorias da crítica da economia política latino-americana, em um contraponto aos debates hegemônicos no âmbito das Ciências Sociais, que marginalizam a questão agrária e a questão racial.

Com base nos estudos de Jacob Gorender adverte-nos que a maior parte das pesquisas sobre a formação socio-histórica latino-americana, e por conseguinte a brasileira, indicam o escravizado ou a escravidão não como categorias explicativas, mas como *elementos a serem explicados*, pois ganha “na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupará na hierarquia social objetiva” (GORENDER, 2016 apud SOUZA, 2020, p. 41). Seus argumentos são inquestionáveis, ao nosso ver, o que justifica a longa citação:

[...] a invasão colonial em 1942, não é a inauguração da história latino-americana, ela é a demarcação do processo que finca as raízes da chamada era moderna, que faz florescer a sociedade comandada pelo capital: sua riqueza e miséria, nossa tristeza e tragédia. Os processos dela decorrentes instituíram a forma necessária dos meios de produção fundamentais à reprodução do capital (propriedade privada da terra e dos meios de produção) antes que se pudesse instituir as relações de produção que lhe são adequadas (trabalho livre assalariado). Nesse sentido, apenas parte da transição foi historicamente determinada pelos processos de abolição das escravaturas e instituição do trabalho “livre” como relação de produção fundamental. Assim, as formas apresentadas pelos meios de produção, nos modos de produção imediatamente anteriores ao modo de produção capitalista na América Latina, coincidem com as formas necessárias a este modo de produção, restando, ao processo de transição, a sua simples adequação jurídica (ideológica). Já as relações de trabalho sofreram as transformações necessárias ao novo modo de produção, passando de escravo/servil para “livre” (sem, necessariamente, assalariamento formal, mas engendrando a possibilidade posterior de sua inclusão na tipificação do trabalho ao longo da história urbano-industrial latino-americana). Desse modo, nesse segundo momento, modifica-se a forma de existência da força de trabalho sem que as condições de reprodução desses trabalhadores “libertos”, em relação aos meios de produção anteriores, sofressem alteração; pois, naquilo que é fundamental ao modo de produção capitalista, a relação da força de trabalho com os meios de produção e a propriedade privada da terra já estavam adequadas. (SOUZA, 2020, p. 41-42).

Com essas premissas, ressaltamos a importância de se buscar os determinantes sociopolíticos e econômicos a partir dos quais se assentam as relações interpessoais e do ser humano com a natureza ao longo da história dos povos da região, recuando no tempo e na conformação social e política que nos fazem inteligíveis, para além da noção obtusa que pretende explicarmos somente depois da invasão colonial. Numa composição que nos ajuda a desvendar particularidades de certos modos de produção quanto à noção de classe e do seu desenvolvimento, podemos citar um exemplo clássico de composição de classes distinto do que se usualmente reconhece na dita modernidade capitalista. Nas sociedades pré-colombianas, como bem destaca Mariátegui (2008) sobre os Incas, as classes sociais deste grupo eram bem delimitadas, com um poder central que agia de forma despótica e teocrática (o que não difere em essência do capitalismo), definindo nas suas células e unidades de produção quem, como e quando seriam realizados determinados trabalhos, expressando nitidamente, por uma série de razões e condições, uma sociedade de classes, composta por grupo de seres humanos, com inúmeras e desiguais funções e tarefas a serem realizadas.

Além do mais, o poderio andino era tudo menos pacífico e dócil, recorrendo comumente ao conflito e a guerra — que levavam à dominação ou ao extermínio de um grupo sobre o outro —, de forma que sua própria estrutura social se realizava dentro das suas condições materiais de dominação, expansão e reprodução das condições de vida por meio da violência e submissão, e as classes sociais sendo parte inerente deste movimento. Porém, ainda assim, Mariátegui (2008) identifica nesta composição andina o desenvolvimento de uma sociedade comunista primitiva; segundo ele, “o comunismo não supõe, historicamente, liberdade individual nem sufrágio popular” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 92) numa clara oposição aos fundamentos modernos da democracia liberal, que desborda o mundo do capital e se inscreve como conquista superior dos povos ocidentais<sup>4</sup>.

Nas formações pré-colombianas as classes e sua organização se davam em torno de um modelo produtivo onde o despotismo e a teocracia eram “traço comum a todos os regimes da antiguidade” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 92), enquanto a produção se dava em caráter comunitário, atendendo as demandas das células rurais, com os frutos do trabalho realizado em solo e propriedade comunal. A classe no comunismo primitivo trabalha a favor da comunidade, no capitalismo a divisão de classes serve a favor da propriedade privada.

O comunismo moderno é coisa distinta do comunismo incaico. [...] Um e outro comunismo são o produto de diferentes experiências humanas. Pertencem a diferentes épocas históricas. Constituem a elaboração de civilizações diferenciadas. A dos incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial. Naquela, o homem se submetia à natureza. Nesta, às vezes a natureza se submete ao homem. É um absurdo, portanto, confrontar as formas e instituições de um e de outro comunismo. O único que se pode comparar é sua semelhança incorpórea essencial, dentro da diferença essencial e material de tempo e de espaço. E para essa comparação faz falta um pouco de relativismo histórico. De outra forma corre-se o risco de cair nos erros clamorosos [...]. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 91).

Assim, ao decifrar a sociedade moderna, Marx e Engels (2010) indicam que o espectro do comunismo ronda a Europa do século XIX, uma sociedade onde o valor e o seu excedente são produzidos como norma de funcionamento e existência de uma classe proprietária capitalista, sendo apropriado e acumulado, em detrimento das condições de existência e reprodução da classe trabalhadora. Isso exige, desde os tempos pós-industriais até os dias de hoje, a manutenção crescente de um sistema no qual, na sua própria aditiva complexidade, possibilita a criação de novas expressões da acumulação e apropriação em torno da produção. Com isso, Karl Marx<sup>5</sup> expõe o caráter contraditório do capital ao longo

---

<sup>4</sup> E aqui apresentamos também como essencial a análise realizada por Dussel (2005, p. 30) sobre o eurocentrismo e a modernidade e como o capitalismo determina a história do outro – a América Latina – como determinada e subordinada pela Europa. “O ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como ‘centro’. [...] A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a ‘outra face’, dominada, explorada, encoberta”.

<sup>5</sup> Cf., especificamente, o capítulo 13, in: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. livro III, o processo global da produção capitalista. São Paulo. Boitempo, 2017.

de sua obra, com sua incontornável tendência à centralização e concentração, que instaura a dinâmica de crises permanentes, desenroladas a favor dos setores mais fortes, em geral. Como economia que se reproduz sob influxo da instabilidade sistêmica, a tendência às crises funciona como estratégia corriqueira de ofensiva do capital sobre o trabalho, ainda que sob influxos bélicos para tomadas de territórios ou de fusões, incorporadas sob domínio dos monopólios. Isso implica necessariamente em uma contradição, afinal, com abundância na produção, suficiente para formar excedente, não haveria razão para a miséria vista nos dias de hoje além da própria organização deste sistema produtivo em torno dos interesses privados de uma classe.

Essa rápida digressão pretende advertir, ainda que em contraponto às experiências históricas pré-colombianas, que o comunismo é incompatível com uma sociedade de classes, nos termos do legado da luta revolucionária anticapitalista. Isto não invalida o aspecto decisivo de que a luta revolucionária nas sociedades modernas deve se processar necessariamente como uma antítese do liberalismo capitalista, o que requer debates rigorosos sobre os termos da organização classista da luta dos trabalhadores latino-americanos, atentando para os componentes ontogenéticos que nos formaram, como raça e classe, incluindo a questão da terra, como bem revelou Mariátegui (2008) e a opressão patriarcal. Na mesma direção, vale ressaltar a preocupação em reafirmar a luta por direitos sociais das classes trabalhadoras, a luta por direitos humanos, a luta antirracista, a luta feminista radical, a luta pelo direito à terra e à produção coletiva ainda contraditoriamente fagocitadas pelas estratégias de emancipação política.

### **Trabalho, valor e capital na América Latina**

A reflexão sobre a luta de classes no capitalismo, ao nosso ver, requer necessariamente, decifrar e agrupar as tendências e contratendências das dinâmicas de extração, produção, circulação e acumulação de valor. Na América Latina, o processo de formação e absorção de valor foi construído historicamente como compósito da transição do modo de produção feudal para aquilo que viria a ser o capitalismo, coexistindo extraterritorialmente, expandiu e transferiu monumental carga de riqueza para os países centrais, alcançada em sistemas produtivos agrários ou extrativistas. Em um movimento que sepulta os modos de produção pré-colombianos — mas que não significa sua morte por completo —, o *Novo Mundo* é novidade apenas para os mercados e organizações europeias, que logo iniciam suas campanhas de apropriação sanguinária de trabalho, recursos naturais e terras, de tal forma que as economias europeias, impulsionadas pela invasão colonial, ascendem a possibilidades inauditas de riquezas e de mercadorias a serem consumidas, exportadas e apropriadas. O saqueio e a pilhagem, a assim chamada acumulação primitiva do capital (MARX, 2013), possibilitam aos países conquistadores um assalto rápido ao potencial de valor produzido, abrindo as portas dos bancos e os cais dos portos europeus ao capital e à mercadoria produzida na colônia.

Porém, tal forma de criação de valor e excedente se dá por meio da força de trabalho de milhões de indivíduos escravizados, sejam estes os povos originários do continente latino-americano, assim como, em maior número após o massacre dos indígenas, dos africanos



ou dos pobres e miseráveis da Europa. Com a escravidão desaparece a propriedade comum, as comunidades são dissolvidas por meio do extermínio e da anexação, os corpos dos indivíduos e suas relações com os demais são fetichizados e objetivados em mercadorias, e a inserção na economia monetária se dá por meio do consumo de seu valor de uso, sua força de trabalho, pelo resto de sua vida nos campos, minas e cidades coloniais.

Para tanto, têm-se a estratificação colonial entre aqueles que realizam o trabalho e aqueles que são proprietários da força de trabalho que se aparenta uma divisão de classes nesta sociedade mercantil-capitalista. Por meio das condições de vida e da divisão do trabalho, a colônia e a metrópole distinguem-se entre o dominado e o dominador, com aqueles que detêm a posse privada do poder econômico — da terra e da força trabalho — apresentando uma série de soluções “racionais” para explicar e justificar, naquilo que se apresentaria como diversos projetos ideopolíticos racistas e eugenistas de “genocídio das populações negras e indígenas, as quais vão sendo, cada vez mais, marginalizadas na estrutura social, ao mesmo tempo em que, enquanto trabalhadores livres, [...] assumem o ônus dos piores trabalhos” (SOUZA, 2020, p. 57).

Assim, apoiando-se na moral religiosa, que decretava como tarefa divina a expansão espanhola e portuguesa sob os territórios e povos latino-americanos, o racismo se originaria com a distinção entre os de pele branca e os outros grupos que “destacando-se pela cor e pelos traços, ignorando a língua e os costumes do homem branco, podiam jamais vir a ter acesso a um lote de terra. Com as diferenças raciais ficava mais fácil justificar e racionalizar a escravidão” (WILLIAMS, 2012, p. 49). Desde o Chile até o México, por toda extensão do Brasil e das ilhas caribenhas, percorrendo a costa e a espinha dorsal da América Latina, toda planície, morro e encosta foram drenados de seus recursos, enquanto gente escravizada e pobre era engolida pela própria terra que cultivava e trabalhava.

No entanto, a luta de classes nunca é um fenômeno unidirecional, onde uma classe proprietária que massacra e violenta a força de trabalho e a outra sofre passivamente. Partindo das resistências indígenas no Caribe e nos Andes com Hatuey e Tupac Amaru, passando pelos quilombos de Zumbi e Dandara e, por fim, com nas causas independentes com Simón Bolívar, San Martín, Tiradentes e Toussaint Louverture (RAMOS, 2014), não foram francas e nem fracas as tensões sociais revolucionárias no corpo social latino-americano. Porém, tão pouco a luta de classes pode ser reduzida pela história das grandes revoluções e revoltas. Ela dá-se exatamente pelo conflito entre o embate direto do capital com qualquer outra forma de sociabilidade e de existência que não esteja inserida/englobada em sua ordem de valorização.

Como debate Linera (2009), a colonização possibilitou o surgimento de uma unidade de produção de valor do capital, naquilo denominado pelo autor como “forma valor”, que se realiza num âmbito global, mas que, necessariamente, distingue-se imensamente em cada polo de produção por meio da divisão social do trabalho. Em um processo que, como

descreve Silva e Paiva (2021, p. 367-368, tradução nossa, grifo nosso), atenua a luta de classes ao colocar em choque as formas de sociabilidade comunitária<sup>6</sup> e a capitalista.

Por meio da mercadoria, a forma valor constitui uma relação social entre indivíduos, compradores e vendedores, que se conectam no mercado como proprietários privados livres, possuidores de mercadorias. Assim, a expansão do número de valores de uso produzidos deve ser acompanhada precisamente pelo crescimento do mercado. Isso porque, na medida em que o trabalhador necessariamente produz um valor de uso que deve ser um valor de uso para outro, é necessário um espaço de realização mais amplo do que o das antigas comunidades. *Essa necessária expansão do mercado desencadeada pela forma valor implica necessariamente a destruição das formas anteriores de sociabilidade, incluindo a forma comunidade.* É uma exigência do caráter diretamente social do valor de uso subsumido pela forma de valor.

A destruição das formas de sociabilidade antigas e a expansão violenta da forma mercantil de produção de matérias-primas e bens agregaria, em trezentos anos, na acumulação industrial nas metrópoles. Com o corpo do capital alterando-se e sinalizando o fim da formação de valor por meio da utilização de força de trabalho escravizada, respondendo à necessidade de uma nova forma de extração de valor e excedente que atendesse a dinâmica industrial e liberal que se formava na Europa — e que se alastrava pelo globo —, logo as campanhas abolicionistas se somariam na colônia.

Não se pode prezar o abolicionismo como sendo fruto da benevolência do revolucionário, do político ou do comerciante. A transição da mão de obra escravizada para a assalariada aparece como resposta às lutas dos trabalhadores escravizados, que se valeram também do contexto das revoluções burguesas na metrópole. A derrota da aristocracia absolutista como classe dominante transforma as condições necessárias da burguesia na sobrevivência das relações mercantis e da propriedade privada.

Além do mais, mostra-se também necessário o aumento da utilização de meios de produção, com crescentes demanda por recursos e inovações tecnológicas — financiadas e elaboradas graças a séculos de transferência de valor, seja por via de alimentos, matérias-primas, capital etc. — que atravessavam as fronteiras nacionais europeias, exigindo que a valorização encontre em todos os cantos do globo um agente regulador e defensor de sua propagação. É nesta lógica que se localiza a exigência da formação de mercados e Estados independentes na América Latina, os laboratórios de experimentação do capital.

Nas palavras do boliviano René Zavaleta Mercado, “A construção dos Estados nacionais, como os conhecemos hoje, é o processo de unificação do poder do Estado no âmbito estatal nacional, missão elementar da burguesia, que precisava se organizar em todos os níveis seu mercado interno possível” (1987, p. 35-36). E a maneira particular como a burguesia latino-americana realiza essa tarefa tem sido historicamente reacionária e antipopular, o que tem implicações decisivas para a formação de Estados na região. Portanto, não nos surpreende a afirmação

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar, então, que as diferentes sociabilidades e formas de vivência são marcadas até hoje por grupos e povos de pessoas não brancas, que até dois séculos eram escravizados e atualmente são sistematicamente marginalizados.

de Zavaleta de que “A história das massas é sempre uma história que se faz contra o Estado” (1990, p. 82). (SILVA; PAIVA, 2021, p. 381, tradução nossa).

Neste sentido, o (sub)desenvolvimento dos Estados-nação coloca as economias periféricas na fase de integração do sistema de produção sobre a égide da exportação de capitais — cuja fase dominante se dá quando a valorização em seu próprio território é intensificada e transformada como exigência da dinâmica do capital, de maneira que, o processo de extração de valor se realizaria com o capital estrangeiro operando com a regulação da industrialização e do endividamento dos Estados, enquanto que fomenta-se um mecanismo essencial na produção e reprodução do capital na América Latina: a superexploração.

### **Superexploração da força de trabalho e dependência**

A unidade entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, ambos indissociáveis e imprescindíveis para a reprodução ampliada do capital, é ponto de partida para compreensão da dependência como estruturante da totalidade da dinâmica econômica e social na América Latina. Os condicionantes da dependência empreendem uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial.

Os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e periféricos e as consequências sob a organização das sociedades dependentes foram apresentados por Ruy Mauro Marini (2000). Segundo o autor, são estabelecidas relações comerciais que se baseiam em um sistema de trocas assimétricas e desfavoráveis, reatualizando permanentemente os termos do intercâmbio desigual, e neste descompasso que os processos de formação e apropriação do valor na América Latina reproduzem a superexploração da força de trabalho como principal vetor no processo de valorização.

Segundo Marini (2000, p. 125), a superexploração caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva por meio de três mecanismos: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

As economias latino-americanas se inserem no circuito mundial como produtores de determinados bens que servem aos interesses das economias centrais, de forma a diminuir os custos do capital constante e variável na produção nestes locais. O mercado latino-americano, portanto, modifica ou recria a sua produção para atender os interesses das economias centrais e garante com isso, a reprodução ampliada da dependência.

Assim, a superexploração é uma necessidade desde a transição do trabalho escravista para o industrial assalariado, gerindo e gerando a participação de novos pares ideopolíticos vistos nos movimentos socioeconômicos do começo do século XX, atuando na

intensificação das políticas de força do Estado e das empresas imperialistas buscando “substituir as formas populistas de controle do movimento popular e garantir uma política de ampliação da taxa de lucro, permitindo assim a formação da ampliação da taxa de lucro” (SANTOS, 2018, p. 51).

Portanto, a partir da dinâmica da acumulação capitalista em âmbito mundial, o desenvolvimento capitalista nas formações das nações periféricas não romperá com esta tendência. As recentes contrarreformas trabalhista e da previdência social<sup>7</sup> aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro são o indicador mais contundente desta ofensiva crescente sobre a classe trabalhadora, movimento esse que determina o caráter específico da produção no continente e, portanto, da luta de classes latino-americana.

Essencialmente, a superexploração é a negação das condições da classe trabalhadora de repor sua força de trabalho. É um mecanismo no qual garante-se sistematicamente a realização do valor das mercadorias produzidas e exportadas pelos países dependentes nos mercados do exterior por meio da extração maximizada de valor e mais-valor nas suas formas absoluta e relativa combinadas.

Mas o contexto maior que constrange a intensificação e extensão dos processos de extração de valor, o que efetivamente funda, exige e impõe a transferência de valor é o imperialismo com seus sócios capitalistas nacionais, viabilizando e ampliando a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores latino-americanos no exterior. Para Marini (2000) essa possibilidade se viabiliza pela utilização em nível interno da superexploração da força de trabalho. É essa vinculação que coloca a superexploração como característica e forma de reprodução do capital nas economias dependentes, em que

[...] será a partir da relação existentes entre as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho que a categoria superexploração da força de trabalho desvela-se como característica específica dos países dependentes. (NOGUEIRA, 2021, p. 108).

De acordo com Osorio (2016), a superexploração atua mantendo os trabalhadores numa condição marginal no mercado interno, visto que os processos produtivos desconsideram as necessidades da sua reprodução enquanto força de trabalho. Uma das manifestações do peso dessa estrutura produtiva é que ela opera privilegiando o consumo e as demandas das classes e capitais estrangeiros e de extratos internos de maior poder de consumo, enquanto se afasta de uma estrutura produtiva que se vincule ou atenda as demandas e as necessidades dos trabalhadores locais.

Se o capitalismo constitui um sistema que tem dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente [...]. Agudas fraturas sociais são geradas pela reprodução do capital baseada na superexploração: ilhas de riqueza em meio a um mar de pobreza, trabalhadores prematuramente esgotados, miséria e desemprego. Tudo isso

---

<sup>7</sup> Uma análise sobre a relação previdência social e trabalho sob a perspectiva de análise da teoria marxista da dependência e a proposta de contrarreforma do Governo Temer é realizada por Paiva, Hillesheim e Carraro (2016).

tende a criar condições para potencializar os confrontos sociais e a luta de classes. (OSORIO, 2016, p. 280, tradução nossa).

Se considerarmos que a absorção interna do excedente econômico fica prejudicada em decorrência da lógica na qual a economia está submetida nos países dependentes, conseqüentemente, prejudica-se também o ciclo de produção e reprodução do capital internamente. Isso se dará porque essa dinâmica dependente impossibilita a reprodução dos mecanismos de proteção social, para além dos necessários à conservação da ordem vigente, abandonando as classes subalternas ao constrangimento daquilo que Marx (2011) chamou de meras condições materiais de existência.

Nesse contexto, a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes dada pela dinâmica da dependência dinamiza a questão social. Determinada pela relação capital/trabalho no modo de produção capitalista e pelas contradições próprias do desenvolvimento periférico da região, na qual a superexploração da força de trabalho tem papel fundamental, a questão social é agravada ainda mais considerando a própria dinâmica que assume a economia capitalista que engendra uma formação social com níveis subumanos de desigualdade e uma ampla reserva de mão de obra disponível.

Dessa forma, o tema da superexploração traz em si o processo de expansão da produção de riqueza por uma série de contratendências que diminuem o valor de reprodução da força de trabalho. Tal fenômeno rege nas sociedades dependentes a dinâmica da sua luta de classes (política e reprodução social), atuando como essas classes vão se constituir — atuando na educação, na política e na cultura com a reprodução e naturalização da exploração do trabalho, definindo quem são os agentes políticos ao mesmo tempo que quais são as formas da consciência no cotidiano superexplorado — e qual é a finalidade de seu trabalho — seja na ciência com a construção e reprodução de conhecimento, até na maneira como se administra a produção e a sociedade.

A inserção da América Latina nesse sistema em nada interdita as aspirações político-intelectuais de auscultar os povos, suas culturas e, ainda, as específicas formas de produção e reprodução social, sobredeterminadas pela lógica do capital. Assim é que se elege a perspectiva da luta de classes como àquela que dá sentido ao processo histórico, bem como anuncia as tendências e regularidades, cuja lógica ditará conteudisticamente as novas metodologias e análises aqui propostas.

### **Considerações finais**

Por fim, no desfecho deste ensaio, queremos chamar atenção para a mediação decisiva e contraditória das políticas sociais, na intersecção entre o projeto ético-político do serviço social com a luta mais geral dos trabalhadores, frente ao multifacetado terreno da luta de classes do Brasil, afrontado pelos determinantes do capitalismo dependente e da ofensiva reacionária do imperialismo na presente conjuntura de sobrevida da programática neoliberal.

A política social em nossa hipótese é subsidiária à reprodução das relações sociais capitalistas, integrante e coadjuvante do processo de valorização e, sem sombra de dúvidas, produto e meio mesmos da luta de classes, como parte do processo de disputa do excedente convertido em receitas públicas, advindas da tributação direta e indireta do consumo de massa e da renda do trabalho, principalmente, e, apenas de forma cosmética, do patrimônio, dos rendimentos financeiros e do lucro apropriado.

Reafirmamos que a política social, como dimensão constitutiva do Estado capitalista desde sua expansão monopólica nas primeiras décadas do século XX, metaboliza-se ao processo de acumulação do capital, cujos vínculos fundacionais transitam em contraditória unidade das esferas da produção e reprodução social. Trata-se de um mecanismo que socializa e refinancia os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, com específicas características ditadas pela superexploração próprias da condição de dependência — baixa cobertura previdenciária, ao lado de minimalista proteção socioassistencial para as transferências de renda não diretamente contributivas.

Direitos e políticas sociais integram a riqueza social formada por composições crescentes do processo de extração de valor-trabalho. Cobrando impostos majoritariamente na taxação dos salários e consumo dos trabalhadores, que são diretamente apropriados pelo Estado, mas, em última instância, com a hegemonia do capital financeiro na definição da política econômica com as medidas de ajuste fiscal<sup>8</sup>, o controle dos processos de produção e de acumulação de valor pelo capital também se configuram como partícipes da composição do excedente, especialmente pelas estratégias de autovalorização do capital por meio da captura dos recursos que financiam os serviços da dívida estatal, que somam a maior parte da destinação do orçamento público no País.

Originando-se na apropriação da terra e suas riquezas minerais e naturais, culmina na exploração da mais-valia diretamente no processo de produção de mercadorias e serviços com um peso relativo expressivo da superexploração do trabalho, sancionada como parte do funcionamento do Estado dependente. Por isso, parece importante insistir que este excedente não é público.

É tomado pelo Estado, mas é constituído materialmente pela classe trabalhadora, é fundo do trabalho e, política e historicamente, está imerso na luta de classes, embora ocultado pela condição institucional — como de posse do Estado aparece como público, de todos. Portanto, sendo motor da atividade econômica do capitalismo, as finanças públicas são a face lunar da luta de classes: expressão cabal da violência do racismo, do genocídio e feminicídio — como componentes de contenção da conflitualidade social — e da perpetuação da superexploração e fonte do rentismo como componente econômico central da dinâmica da dependência. Os números do orçamento federal são contundentes nesse sentido.

---

<sup>8</sup> Como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que estabelece o Teto dos Gastos.

Em claro desfavor aos trabalhadores, imersos em exigências da produção da vida e debilitados em sua práxis política anticapitalista, vivemos a mais desavergonhada manipulação do orçamento público pelas isenções a setores econômicos, como armamentos, jatinhos, medicações inúteis para Covid-19, como cloroquina, chegando até a proposta de queima do patrimônio da Eletrobrás para compensação das perdas decorrentes da proposta (que até a presente data não foi votada) do fim do ICMS dos combustíveis.

Esta modalidade de gestão orçamentária é complementada pela impostura do orçamento secreto, com incríveis modificações legislativas para execução das emendas parlamentares. A naturalização destes ataques ao fundo do trabalho, desviando recursos essenciais da saúde, educação, assistência social, cultura etc., é viabilizada pelo deletério consórcio entre o governo Bolsonaro, sua base de apoio no parlamento e a mídia empresarial que, na esterilização da opinião pública, disseminam a mistificação liberal que sanciona a ideologia da destruição do Estado no provimento das garantias sociais.

O orçamento federal é hoje — na dinâmica regressiva da luta de classes — propriedade das bancadas da bala, boi e bíblia, com todo apoio dos grandes grupos que administram a ciranda do rentismo no País. A estrutura tributária brasileira segue altamente regressiva, ganhando cada vez mais intensidade de verdadeiro assalto ao Estado pelos monopólios econômicos satélites do sistema financeiro, pelas altas hierarquias militares e do poder judiciário, bem como pelos grupos políticos que parasitam o parlamento.

A configuração dos componentes que permitem esmiuçar a dinâmica da luta de classes no âmbito do orçamento público — expressão institucional do fundo do trabalho — requer, portanto, também um esforço analítico de remeter este processo ao exame mesmo da produção de valor, de forma a que possamos evidenciar as classes trabalhadoras em sua condição primária como produtoras de riqueza, com as características econômicas e históricas que as conformam socialmente na periferia do capitalismo mundial.

No Brasil, mesmo os setores industriais com maior produtividade foram inseridos de modo que seus diferentes graus de formação orgânica do capital e da técnica fossem sistematicamente dependentes de investimento financeiros e da transferência tecnológica externa, fazendo com que a dilatação do tempo de rotação do capital fixo, por meio do esgotamento do trabalho morto condensado, impusesse a necessidade de superexploração compensando eventuais atrasos de competitividade e de formação de preços.

Não se substitui um capital fixo por outro, transfere-se da matriz para as filiais da periferia, o que garante inclusive que a transferência de lucro em sentido inverso — das filiais para a matriz — cofinancie as pesquisas e as conquistas sociais nos países centrais. A incorporação tecnológica dada pela intensidade do trabalho contínuo exige a exaustão física do trabalhador latino-americano, pois a ampliação da jornada de trabalho (substancialmente maior nos trópicos) compõe a unidade com o aumento da mais-valia relativa. Este padrão exige um esgotamento das condições biológicas de vida mesmo dos

trabalhadores latino-americanos, que impactam de maneira objetiva e subjetiva nas demais dimensões da nossa sociabilidade, inclusive na esfera da luta política coletiva, o que amplifica a necessidade da práxis revolucionária sedimentar a luta cotidiana.

Ao longo da história do continente, as conquistas legais da classe trabalhadora foram e são decisivas como parte da luta de classes. Porém, para bem ponderar sobre o alcance dessas conquistas, é preciso analisá-las como parte contraditória da manutenção das superestruturas de produção.

Nesse sentido, sofrem ataques permanentes, nos ciclos de ofensiva do capital ou de crise econômica, o que é o mesmo cenário, aliás. Não obstante a intensa e conflituosa, mas desigual disputa política entre as classes sociais pela riqueza socialmente produzida, extraída das classes trabalhadoras, e reorganizada na forma de políticas sociais pelo Estado (direitos de cidadania é seu heterônimo), o campo das políticas sociais é vitrificado por um verniz técnico-burocrático, remetido aos mistérios da gestão pública e dos cânones do ajuste fiscal, que são poderosos recursos de esterilização da sua conflitualidade e potencialidades mobilizadoras na disputa radical e democrática do excedente econômico, via luta de classes.

O campo das conquistas de direitos, apesar de terem impactos nas condições materiais de existência, referem-se ao Estado de poder burguês outorgado por um direito burguês, onde o direito é colocado ao lado do capital, como direito burguês que se ajusta ao trabalho, organizando as relações sociais e sua dinâmica, apesar de portarem potencialidades político-emancipatórias no horizonte restrito das democracias liberais. Este debate estratégico interessa à práxis dos trabalhadores, como bem pontuado pelo debate do serviço social, lembremos.

## Referências

CUEVA, Agustín. **A teoria marxista: categoria de base e problemas atuais**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Egnardo (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

LINERA, Álvaro García. **Forma Valor y Forma Comunidad**. La Paz: Muela del Diablo, 2009.

MARIÁTEGUI, José C. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy M.; SADER, Emir. **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.



MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Camilla dos S. **Economia brasileira contemporânea**: dependência e superexploração. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

OSORIO, Jaime. **Teoría marxista de la dependencia**: historia, fundamentos, debates y contribuciones. DF/México: Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco; Editorial Itaca, 2016.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz A. de. Antinomias do Planejamento Orçamentário nas políticas sociais brasileiras. In: GARCIA, Adir V. et al. (org.). **Reflexões Sobre a Pobreza**: concepções, enfrentamentos e contradições. 1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. v. 1. p. 81-122. Disponível em: <https://fliphtml5.com/wskm/whai/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PAIVA, Beatriz A. de; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da teoria marxista da dependência. **Ser Social**. Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12702](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702). Acesso em: 20 jan. 2022.

PAIVA, Beatriz A. de; HILLESHEIM, Jaime; CARRARO, Dilceane. Previdência Social e Trabalho: supressão de direitos no capitalismo dependente. **Ser Social**. Brasília, v. 18, n. 39, p. 349-373, jul./dez. 2016. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14285/12603](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14285/12603). Acesso em: 20 jan. 2022.

PINTO, Álvaro V. **Consciência e realidade nacional**: volume I: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

RAMOS, Jorge A. **História da Nação Latino-americana**. Florianópolis: Insular, 2014.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SILVA, Maicon C. da; PAIVA, Beatriz A. de. El Estado latinoamericano como un cuerpo extraño a la nacionalidad: contribuciones desde la teoría marxista de la dependencia. In: MEJÍA, Juan C. A.; GRANATO, Leonardo (ed.). **La cuestión del estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. Medellín: Unaula, 2021. p. 351-388.

SOUZA, Cristiane L. S. de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente.** São Paulo: Hucitec, 2020.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

*Submetido em: 10/6/2022*

*Revisto em: 15/6/2022*

*Aceito em: 27/6/2022*